



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**

EDITAL Nº 04 DE 28 DE ABRIL DE 2022

O Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, com fundamento na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 16 de junho de 2009, e alterações posteriores e no regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público da União aprovado pela Portaria PGR/MPU Nº 378, de 9 de agosto de 2010, e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º Tornar público modelo de prova com gabarito preliminar da prova objetiva referente ao 1º Processo Seletivo para Estagiários de pós-graduação em Direito, graduação em Direito e Administração (ANEXO I), da Procuradoria da República no Amazonas, realizado em 28/04/2022.

Art. 2º O candidato pode verificar sua nota na plataforma Moodle, bem como as marcações realizadas.

Art. 3º Consignar o prazo de 01 dia, 29/04/2022 para interposição de recursos em face do gabarito preliminar, os quais deverão ser redigidos no formulário, conforme anexo VI do edital de abertura disponível no site <http://www.mpf.mp.br/am/estagie-conosco> e encaminhados para o email: pram-estagio@mpf.mp.br.

THIAGO PINHEIRO CORRÊA
Procurador-Chefe

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [2445-663](#) / [Geral](#) / [Objetivas - PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO](#) / [Visualização prévia](#)

Iniciado em	quinta, 28 abr 2022, 09:48
Estado	Finalizada
Concluída em	quinta, 28 abr 2022, 09:49
Tempo empregado	10 segundos
Avaliar	0,00 de um máximo de 35,00(0%)

Questão 1

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito do tema "improbidade administrativa", conforme previsão na Lei no 8.429/1992, assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- ☐ b. Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- ☐ c. Diante do princípio da especialidade não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na Lei 8429/92 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- ☐ d. Para fins de aplicação da Lei 8429/92, considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 daquele diploma legal, não bastando a voluntariedade do agente.
- ☐ e. O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Diante do princípio da especialidade não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na Lei 8429/92 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

Questão 2

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Quanto aos aspectos procedimentais relacionados ao ajuizamento da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa falsa.

- ☐ a. Para cada ato de improbidade administrativa, deverá necessariamente ser indicado apenas um tipo dentre aqueles previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8429/92.

dentre aqueles previstos nos arts. 39, 10 e 11 da Lei 8429/92.

- ☐ b. A propositura da ação destinada à aplicação das sanções previstas na Lei 8429/92 prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- ☐ c. Considerando que os direitos tutelados pela Lei 8429/92 são indisponíveis, é expressamente vedada qualquer possibilidade de solução consensual após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- ☐ d. A ação destinada à aplicação das sanções previstas na Lei 8429/92 deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.
- ☐ e. Sem prejuízo da citação dos réus, a pessoa jurídica interessada será intimada para, caso queira, intervir no processo.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Considerando que os direitos tutelados pela Lei 8429/92 são indisponíveis, é expressamente vedada qualquer possibilidade de solução consensual após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

Questão 3

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito do acordo de não persecução cível, tal qual disciplinado pela Lei 8429/92, assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. O acordo de não persecução cível poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória.
- ☐ b. Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias.
- ☐ c. Em caso de descumprimento do acordo de não persecução cível, o investigado ou o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento.
- ☐ d. Dentre as circunstâncias a serem avaliadas, pelo Ministério Público, para a propositura do acordo de não persecução cível, a Lei 8429/92 não prevê as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.
- ☐ e. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, como resultados, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Dentre as circunstâncias a serem avaliadas, pelo Ministério Público, para a propositura do acordo de não persecução cível, a Lei 8429/92 não prevê as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.

Questão 4

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Nos termos da Constituição de 1988 (CRFB/88), a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende determinados entes políticos, todos dotados de autonomia. Os entes políticos autônomos, que integram a República Federativa do Brasil são os seguintes, exceto:

- ☐ a. os Estados
- ☐ b. os Territórios Federais
- ☐ c. a União
- ☐ d. os Municípios
- ☐ e. o Distrito Federal

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
os Territórios Federais

Questão 5

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

De acordo com a Constituição da República Federativa de 1988, são órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- ☐ a. Tribunais Regionais Federais
- ☐ b. Supremo Tribunal Federal
- ☐ c. Tribunais de Alçada
- ☐ d. Conselho Nacional de Justiça
- ☐ e. Juízes Federais

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
Tribunais de Alçada

Questão 6

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

A respeito do Supremo Tribunal Federal, conforme previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de

Constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

- ☐ b. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- ☐ c. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- ☐ d. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição
- ☐ e. A única autoridade a quem o Supremo Tribunal Federal compete julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, é o Presidente da República.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A única autoridade a quem o Supremo Tribunal Federal compete julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, é o Presidente da República.

Questão 7

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Nos termos do art. 128 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), o Ministério Público da União abrange os seguintes ramos, exceto:

- ☐ a. Ministério Público do Trabalho
- ☐ b. Ministério Público Eleitoral
- ☐ c. Ministério Público Federal
- ☐ d. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- ☐ e. Ministério Público Militar

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Ministério Público Eleitoral

Questão 8

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

São funções institucionais do Ministério Público, nos termos do art. 129 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/ 88), exceto:

- ☐ a. defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas
- ☐ b. representar a União perante os juízes federais
- ☐ c. promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- ☐ d. exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar

- ☐ e. zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

representar a União perante os juízes federais

Questão 9

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre o recuso em processo administrativo, julgue os itens a seguir:

I. O recurso administrativo possui, em regra, efeitos suspensivo e devolutivo.

II. Não é possível que, em instância superior, ao se analisar o recurso administrativo, o julgador imponha sanção mais grave que a recorrida.

III. Têm legitimidade para interpor o recurso não só os que forem parte no processo, como também aqueles cujos direitos ou interesses forem diretamente afetados pela decisão recorrida.

IV. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, até mesmo de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes que demonstrem a inadequação da sanção aplicada.

Estão corretos os seguintes itens:

- ☐ a. I e II
- ☐ b. II e III
- ☐ c. II e IV
- ☐ d. I e III
- ☐ e. III e IV

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

III e IV

Questão 10

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre os agentes públicos, seus direitos, formas de admissão e de movimentação, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. É possível que alegar o princípio da isonomia para fundamentar pedido de servidor público que pretende obter benefício ilegalmente concedido a outros servidores.
- ☐ b. É inconstitucional a submissão de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.
- ☐ c. Quando dois servidores públicos vivem em união estável e um deles é removido de ofício, no

interesse da Administração, o outro possui direito líquido e certo de obter a remoção, mesmo que trabalhassem em locais distintos à época da remoção de ofício.

- ☐ d. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- ☐ e. Estrangeiros podem ocupar cargos, empregos e funções públicas.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

É possível que alegar o princípio da isonomia para fundamentar pedido de servidor público que pretende obter benefício ilegalmente concedido a outros servidores.

Questão 11

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre o poder de polícia, julgue as assertivas abaixo:

- I. O poder de polícia se manifesta através de atos preventivos, não sendo possível utilizá-lo para a prática de atos repressivos.
- II. O poder de polícia também se manifesta através de atos vinculados.
- III. A única fase do ciclo de polícia que não pode ser delegada é a ordem de polícia.
- IV. A autoexecutoriedade nem sempre está presente nos atos de polícia.

Assinale a alternativa que contém todas as assertivas corretas:

- ☐ a. II, III e IV
- ☐ b. II e IV
- ☐ c. I, II e III
- ☐ d. I e III
- ☐ e. I e IV

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

II, III e IV

Questão 12

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre a Administração indireta, assinale a alternativa correta:

- ☐ a. Os bens das empresas estatais não podem ser penhorados
- ☐ b. A isenção das custas processuais se aplica às fundações públicas de direito privado
- ☐ c. O regime de pessoal das empresas públicas é o celetista, mas a contratação de seus empregados depende de concurso público

depende de concurso público.

- ☐ d. As empresas públicas submetem-se ao regime de precatórios
- ☐ e. A criação de uma agência executiva deve ser autorizada por lei

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O regime de pessoal das empresas públicas é o celetista, mas a contratação de seus empregados depende de concurso público.

Questão 13

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. Considerando equivocada a ideia de a conduta ser um mero movimento corpóreo despidido de finalidade, o finalismo entende que o que caracteriza o agir humano é a capacidade de dirigir a causalidade de acordo com a sua vontade. O finalismo é o ideário predominante no Código Penal brasileiro.
- ☐ b. O Brasil adota, como regra, a teoria monista em matéria de concurso de pessoas. Assim, se duas ou mais pessoas atuam para um fato delituoso, cada uma responde, em regra, por um crime específico, podendo, excepcionalmente, todas incidir num mesmo tipo penal, se houver previsão legal expressa.
- ☐ c. De acordo com o funcionalismo racional-teleológico, os tipos penais expressam a dimensão mais precisa do princípio da legalidade penal e assumem, além do papel de garantia, a função de fornecer diretrizes de comportamento, de modo a exercer, assim, também um papel político-criminal.
- ☐ d. O erro de tipo invencível acarreta a exclusão do dolo e da culpa, excluindo, portanto, a própria tipicidade do fato. O erro de tipo vencível exclui o dolo, mas permite a punição a título de culpa. O erro de proibição invencível exclui a culpabilidade. O erro de proibição vencível não exclui a culpabilidade, mas gera diminuição da pena de um sexto a um terço.
- ☐ e. Segundo a teoria da imputação objetiva, além dos requisitos conduta, resultado e nexo de causalidade natural entre conduta e resultado, o preenchimento do tipo objetivo requer que se analise se a realização da conduta criou um risco não permitido de lesão ao bem jurídico e se esse risco não permitido se materializou no resultado.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O Brasil adota, como regra, a teoria monista em matéria de concurso de pessoas. Assim, se duas ou mais pessoas atuam para um fato delituoso, cada uma responde, em regra, por um crime específico, podendo, excepcionalmente, todas incidir num mesmo tipo penal, se houver previsão legal expressa.

Questão 14

Não
respondido

Entre janeiro de 2004 e janeiro de 2018, servidor público do IBAMA recebeu, mensalmente, em espécie, em

responder

Vale 1,00
ponto(s).

sua residência, valores para favorecer uma empresa perante a autarquia. Apesar do recebimento dos valores, o servidor não praticou ou deixou de praticar nenhum ato específico. Nessa situação hipotética, é correto afirmar:

- ☐ a. Os crimes foram praticados em concurso material e, assim, nenhum fato foi atingido pela prescrição, a qual deve ser contada levando em consideração a soma das penas correspondentes aos fatos criminosos.
- ☐ b. O caso comporta transação penal, mas não admite acordo de não persecução penal.
- ☐ c. Os fatos foram parcialmente atingidos pela prescrição, a qual, apesar da continuidade delitiva, deve ser analisada em relação a cada fato individualmente.
- ☐ d. Considerando a natureza permanente do crime praticado, nenhum fato foi atingido pela prescrição, a qual passou a fluir em janeiro de 2018, data em que cessou a permanência.
- ☐ e. Não houve prática de crime, uma vez que o Direito Penal, norteador pela ideia de intervenção mínima, não deve incidir sobre situações em que não há dano efetivo e em que há cumprimento de deveres funcionais.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Os fatos foram parcialmente atingidos pela prescrição, a qual, apesar da continuidade delitiva, deve ser analisada em relação a cada fato individualmente.

Questão 15

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- ☐ a. A conduta de um servidor público de receber vantagem indevida mediante mecanismo fraudulento, como o saque bancário por interposta pessoa, constitui, em regra, exaurimento do crime de corrupção passiva, não configurando o delito de lavagem de dinheiro, que exige ato subsequente e autônomo em relação à infração penal antecedente.
- ☐ b. A punição da autolavagem é obrigação imposta pela Convenção de Palermo, mas a legislação brasileira não a pune.
- ☐ c. O crime de fraude à licitação é material.
- ☐ d. A reunião de três ou mais pessoas para a prática de um único crime determinado configura o delito de associação criminosa.
- ☐ e. O crime de corrupção passiva é material em suas diversas modalidades.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A conduta de um servidor público de receber vantagem indevida mediante mecanismo fraudulento, como o saque bancário por interposta pessoa, constitui, em regra, exaurimento do crime de corrupção passiva, não configurando o delito de lavagem de dinheiro, que exige ato subsequente e autônomo em relação à infração penal antecedente.

Questão 16

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- ☐ a. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, até que sobrevenha lei destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição, condutas homofóbicas e transfóbicas ajustam-se, por analogia, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei 7.716/1989. Em tal hipótese, segundo a Corte, é possível relativizar, em matéria penal, a vedação de analogia em prejuízo ao réu.
- ☐ b. O crime de redução a condição análoga à de escravo é material e sua consumação requer proveito econômico para o sujeito ativo, assim como a existência de contrato entre ele e a vítima.
- ☐ c. Pratica o crime de genocídio quem submete grupo nacional a condições de existência capazes de ocasionar sua destruição física total ou parcial. No entanto, em homenagem à soberania popular, governantes não podem ser sujeitos ativos do delito, sendo legítima a adoção de políticas públicas associadas a altos índices de mortalidade.
- ☐ d. A configuração do delito de redução a condição análoga à de escravo prescinde da imposição de restrição à liberdade de locomoção do trabalhador.
- ☐ e. A imunidade parlamentar, como garantia voltada a possibilitar o livre exercício de um mandato político conferido pelo voto popular, deve proteger inclusive manifestações que vulneram o regime democrático, as quais, portanto, mesmo que típicas e ilícitas, não são penalmente culpáveis.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A configuração do delito de redução a condição análoga à de escravo prescinde da imposição de restrição à liberdade de locomoção do trabalhador.

Questão 17

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

A respeito inquérito policial, conforme previsão contida nos artigos 4º a 23 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal - CPP/1941), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão
- ☐ b. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- ☐ c. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- ☐ d. O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança

ou sem ela.

- ☐ e. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

Questão 18

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito da ação penal, conforme previsão contida nos artigos 24 a 62 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal - CPP/1941), assinale a alternativa verdadeira:

- ☐ a. Ao constatar ser o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.
- ☐ b. O acordo de não persecução penal poderá ser oferecido pelo Ministério Público se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei.
- ☐ c. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa do Ministério Público.
- ☐ d. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- ☐ e. Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Questão 19

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito da ação penal, conforme previsão contida nos artigos 24 a 62 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal - CPP/1941), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- ☐ b. Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação
- ☐ c. O Ministério Público poderá desistir da ação penal desde que a desistência tenha sido autorizada por sua instância de revisão interna.

- ☐ d. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- ☐ e. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O Ministério Público poderá desistir da ação penal desde que a desistência tenha sido autorizada por sua instância de revisão interna.

Questão **20**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito do acordo de não persecução penal, conforme previsão do art. 28-A do Código de Processo Penal (CPP/1941), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.
- ☐ b. Recusada a homologação, o juiz remeterá os autos à instância de revisão ministerial, que indicará outro membro do Ministério Público para avaliar a necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.
- ☐ c. O acordo de não persecução penal não poderá ser oferecido se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas.
- ☐ d. Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.
- ☐ e. O oferecimento do acordo de não persecução penal pressupõe a existência de justa causa para o oferecimento da ação penal.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Recusada a homologação, o juiz remeterá os autos à instância de revisão ministerial, que indicará outro membro do Ministério Público para avaliar a necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.

Questão **21**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa correta acerca das normas fundamentais no processo civil:

- ☐ a. A boa-fé no direito processual civil exige a verificação da intenção do sujeito processual.
- ☐ b. O rol de normas fundamentais previsto no Capítulo I do Título Único do Livro I da Parte Geral do CPC é exaustivo.
- ☐ c. o julgamento de embargos de declaração submete-se à ordem cronológica de julgamento, tendo em vista o efeito substitutivo dos recursos.
- ☐ d. O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- ☐ e. o julgamento de recursos repetitivos e de incidente de resolução de demandas repetitivas ficam excluídos da ordem cronológica de julgamento.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

o julgamento de recursos repetitivos e de incidente de resolução de demandas repetitivas ficam excluídos da ordem cronológica de julgamento.

Questão **22**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

O pedido bitola a jurisdição, sendo um limite à atuação do Poder Judiciário. Dessa sorte, incumbe ao autor delimitar detidamente os pedidos formulados, pois eles serão a medida da jurisdição. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- ☐ a. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.
- ☐ b. Compreendem-se no pedido principal os juros legais, a correção monetária, mas não os honorários advocatícios, que, na dinâmica do NCPC, devem ser expressamente postulados pela parte.
- ☐ c. Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não será permitida a cumulação, devendo o autor ajuizar ações diversas observando os respectivos ritos.
- ☐ d. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas só serão consideradas incluídas no pedido se houver pedido expresso nesse sentido, em respeito ao princípio da congruência.
- ☐ e. Para a teoria da asserção, a análise das condições da ação deve ser feita somente com base naquilo que foi afirmado pela parte na petição inicial, sem necessidade de produção de prova acerca das condições da ação.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Para a teoria da asserção, a análise das condições da ação deve ser feita somente com base naquilo que foi afirmado pela parte na petição inicial, sem necessidade de produção de prova acerca das condições da ação.

Questão 23

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

A figura do amicus curiae foi regulada no art. 138 do Código de Processo Civil. A jurisprudência e doutrina estabelecem algumas diretrizes na missão de analisar o alcance do instituto. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- ☐ b. A intervenção do amicus curiae é cabível no mandado de segurança e no mandado de injunção.
- ☐ c. O amicus curiae pode opor embargos de declaração da decisão proferida no processo de que participou.
- ☐ d. Quando houver pluralidade de pedidos de admissão de amicus curiae, o relator deve observar, como critério para definição daqueles que serão admitidos, o equilíbrio na representatividade dos diversos interesses jurídicos contrapostos no litígio, velando, assim, pelo respeito à amplitude do contraditório, paridade de tratamento e isonomia entre todos os potencialmente atingidos pela decisão.
- ☐ e. Tal qual predispõe o Código de Processo Civil, somente Pessoas Jurídicas podem intervir como amicus curiae, uma vez que uma pessoa física não teria como cumprir o requisito legal da "adequada representatividade".

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Tal qual predispõe o Código de Processo Civil, somente Pessoas Jurídicas podem intervir como amicus curiae, uma vez que uma pessoa física não teria como cumprir o requisito legal da "adequada representatividade".

Questão 24

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

O Sistema de Justiça é composto por um conjunto de instituições que, dentro do seu círculo de atribuições, têm funções específicas delineadas na Constituição Federal e no Código de Processo Civil. Acerca dos sujeitos processuais, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, sem legitimidade, contudo, para apresentação de embargos, já que suas faculdades processuais são limitadas.
- ☐ b. A curatela especial será exercida pela Defensoria Pública.
- ☐ c. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal, podendo produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.
- ☐ d. Os Municípios podem instituir a prestação de assistência jurídica à população de baixa renda vulnerável, o que não substitui a atividade prestada pela Defensoria Pública.
- ☐ e. Não se conta em dobro o prazo recursal para a Fazenda Pública em processo objetivo, mesmo que seja para interposição de recurso extraordinário em processo de fiscalização normativa abstrata.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, será nomeado curador especial, sem legitimidade, contudo, para apresentação de embargos, já que suas faculdades processuais são limitadas.

Questão **25**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a assertiva correta acerca do instituto da Posse e dos Bens, nos termos do Código Civil e da jurisprudência dos tribunais superiores:

- ☐ a. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- ☐ b. É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- ☐ c. É justa a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- ☐ d. Não é possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público dominical.
- ☐ e. A ocupação irregular de terra pública pode ser reconhecida como posse, mas não se afigura admissível o pleito da proteção possessória contra o órgão público.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

Questão **26**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Acerca dos direitos da personalidade, assinale o item correto:

- ☐ a. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- ☐ b. O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.
- ☐ c. O STF entende que, para que seja publicada uma biografia, é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas, ou de seus familiares, como forma de tutelar o direito da personalidade dos envolvidos.
- ☐ d. Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- ☐ e. São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O STF entende que, para que seja publicada uma biografia, é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas, ou de seus familiares, como forma de tutelar o direito da personalidade dos envolvidos.

Questão 27

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- ☐ a. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre produção e consumo.
- ☐ b. É competência privativa da União legislar sobre direito civil e responsabilidade por dano ao consumidor.
- ☐ c. De acordo com o STF, é constitucional a legislação estadual que impõe obrigação de informar o consumidor acerca da identidade de funcionários que prestarão serviços de telecomunicações e internet, em residência ou sede.
- ☐ d. De acordo com o STF, é constitucional a lei estadual que regulamenta a venda de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivas.
- ☐ e. De acordo com o STF, é inconstitucional a lei estadual que fixa a obrigação de concessionárias de energia elétrica instalar medidores de energia na parte interna da propriedade onde se realiza o consumo.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

É competência privativa da União legislar sobre direito civil e responsabilidade por dano ao consumidor.

Questão 28

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- ☐ a. De acordo com o STJ, é aplicável o CDC nas relações de consumo pautadas nos contratos de crédito educativo referentes ao fundo de financiamento ao estudante de ensino superior (FIES), vez que o Banco do Brasil atua como agente financeiro.
- ☐ b. De acordo com o STJ, nos termos do art. 17 do CDC, a responsabilidade civil por acidente de consumo se restringe às pessoas físicas ou jurídicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço como destinatárias finais.
- ☐ c. É vedada a modificação das cláusulas contratuais, excetuando-se apenas a modificação das cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais, como medida de proteção ao consumidor.
- ☐ d. De acordo com o STJ, a existência de corpo estranho em produtos alimentícios corresponde a fato do produto e acarreta a responsabilidade subsidiária do comerciante.
- ☐ e. De acordo com a 3a Câmara de Coordenação e Revisão, o Ministério Público Federal tem atribuição

para demandas relativas à propaganda enganosa praticada por meio da internet.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

De acordo com o STJ, a existência de corpo estranho em produtos alimentícios corresponde a fato do produto e acarreta a responsabilidade subsidiária do comerciante.

Questão **29**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A fim de evitar o uso da máquina pública para beneficiar candidatos, a Lei das Eleições elenca algumas condutas vedadas a agentes públicos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- ☐ a. Nos três meses anteriores ao pleito, até a posse dos eleitos, é proibido nomear, contratar ou de qualquer forma admitir servidor público na circunscrição do pleito, mesmo que se trate de cargos em comissão e funções de confiança;
- ☐ b. Nos três meses que antecedem as eleições, é vedada a contratação de shows artísticos com recursos públicos para inaugurações;
- ☐ c. A presença de candidato na inauguração de obra pública nos três meses que antecedem o pleito não configura conduta vedada, per si, sendo necessário que ele efetivamente participe do ato;
- ☐ d. As hipóteses de conduta vedada podem ser interpretadas extensivamente, a fim de melhor proteger a sociedade.
- ☐ e. No ano da eleição, é possível distribuir bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública quando se tratar de programa social autorizado em lei, podendo a sua execução orçamentária se iniciar no ano eleitoral;

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Nos três meses que antecedem as eleições, é vedada a contratação de shows artísticos com recursos públicos para inaugurações;

Questão **30**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre captação ilícita de sufrágio e a ação para combater tal ilícito, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. A ação por captação ilícita de sufrágio pode ser ajuizada apenas até a data de diplomação dos eleitos.
- ☐ b. Para caracterizar captação ilícita de sufrágio não é necessário pedido explícito de votos.
- ☐ c. A ação por captação ilícita de sufrágio segue o rito da ação de investigação judicial eleitoral.
- ☐ d. A procedência do pedido em ação por captação ilícita de sufrágio implica a anulação dos votos dados ao réu.
- ☐ e. Para configurar captação ilícita de sufrágio, é necessário que o fato tenha potencialidade de

- ☐ e. Para configurar captação ilícita de sufrágio, é desnecessário que o fato tenha potencialidade de desequilibrar as eleições.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Para configurar captação ilícita de sufrágio, é desnecessário que o fato tenha potencialidade de desequilibrar as eleições.

Questão 31

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito da proteção do meio ambiente, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRF/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- ☐ b. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- ☐ c. A Floresta Amazônica brasileira, a despeito de sua importância ecológica, não é considerada, formalmente, patrimônio nacional
- ☐ d. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade
- ☐ e. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A Floresta Amazônica brasileira, a despeito de sua importância ecológica, não é considerada, formalmente, patrimônio nacional

Questão 32

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito da Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1988, assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos na Lei 9605/98, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade.
- ☐ b. Lei 9605/98 veda, expressamente, o recurso à desconsideração da personalidade jurídica, mesmo nos casos em que a personalidade jurídica for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente

qualidade do meio ambiente.

- ☐ c. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- ☐ d. A Lei 9605/98, dentre outras providências, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
- ☐ e. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Lei 9605/98 veda, expressamente, o recurso à desconsideração da personalidade jurídica, mesmo nos casos em que a personalidade jurídica for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Questão **33**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito dos direitos e e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- ☐ b. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da CRFB/88.
- ☐ c. É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido, em situações excepcionais, o anonimato.
- ☐ d. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- ☐ e. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido, em situações excepcionais, o anonimato.

Questão **34**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito dos direitos e e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- ☐ b. A lei penal nunca retroagirá.
- ☐ c. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático

- ☐ d. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- ☐ e. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A lei penal nunca retroagirá.

Questão 35

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, nos termos do art. 231 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- ☐ b. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo à União o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- ☐ c. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
- ☐ d. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- ☐ e. As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo à União o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

◀ Avisos

Seguir para...

Subjetivas - PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO ▶

[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [2445-26](#) / [Geral](#) / [Objetivas - Graduação em DIREITO](#) / [Visualização prévia](#)

Iniciado em	quinta, 28 abr 2022, 09:30
Estado	Finalizada
Concluída em	quinta, 28 abr 2022, 09:46
Tempo empregado	15 minutos 58 segundos
Avaliar	0,00 de um máximo de 30,00(0%)

Questão 1

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

A respeito do tema "improbidade administrativa", conforme previsão na Lei no 8.429/1992, assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- ☐ b. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- ☐ c. Diante do princípio da especialidade não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na Lei 8429/92 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- ☐ d. O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.
- ☐ e. Para fins de aplicação da Lei 8429/92, considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 daquele diploma legal, não bastando a voluntariedade do agente.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Diante do princípio da especialidade não se aplicam ao sistema da improbidade disciplinado na Lei 8429/92 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Quanto aos aspectos procedimentais relacionados ao ajuizamento da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa falsa.

- ☐ a. A ação destinada à aplicação das sanções previstas na Lei 8429/92 deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.

...no local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.

- ☐ b. Sem prejuízo da citação dos réus, a pessoa jurídica interessada será intimada para, caso queira, intervir no processo.
- ☐ c. A propositura da ação destinada à aplicação das sanções previstas na Lei 8429/92 prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- ☐ d. Considerando que os direitos tutelados pela Lei 8429/92 são indisponíveis, é expressamente vedada qualquer possibilidade de solução consensual após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- ☐ e. Para cada ato de improbidade administrativa, deverá necessariamente ser indicado apenas um tipo dentre aqueles previstos nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei 8429/92.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Considerando que os direitos tutelados pela Lei 8429/92 são indisponíveis, é expressamente vedada qualquer possibilidade de solução consensual após o ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

Questão 3

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito do acordo de não persecução cível, tal qual disciplinado pela Lei 8429/92, assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. O acordo de não persecução cível poderá ser celebrado no curso da investigação de apuração do ilícito, no curso da ação de improbidade ou no momento da execução da sentença condenatória.
- ☐ b. Para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, deverá ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, que se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias.
- ☐ c. O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, como resultados, o integral ressarcimento do dano e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.
- ☐ d. Dentre as circunstâncias a serem avaliadas, pelo Ministério Público, para a propositura do acordo de não persecução cível, a Lei 8429/92 não prevê as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.
- ☐ e. Em caso de descumprimento do acordo de não persecução cível, o investigado ou o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Dentre as circunstâncias a serem avaliadas, pelo Ministério Público, para a propositura do acordo de não persecução cível, a Lei 8429/92 não prevê as vantagens, para o interesse público, da rápida solução do caso.

Questão 4

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Nos termos da Constituição de 1988 (CRFB/88), a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende determinados entes políticos, todos dotados de autonomia. Os entes políticos autônomos, que integram a República Federativa do Brasil são os seguintes, exceto:

- ☐ a. os Estados
- ☐ b. o Distrito Federal
- ☐ c. a União
- ☐ d. os Municípios
- ☐ e. os Territórios Federais

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
os Territórios Federais

Questão 5

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

De acordo com a Constituição da República Federativa de 1988, são órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- ☐ a. Tribunais de Alçada
- ☐ b. Tribunais Regionais Federais
- ☐ c. Supremo Tribunal Federal
- ☐ d. Conselho Nacional de Justiça
- ☐ e. Juízes Federais

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
Tribunais de Alçada

Questão 6

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

A respeito do Supremo Tribunal Federal, conforme previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição
- ☐ b. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de

inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

- ☐ c. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- ☐ d. A única autoridade a quem o Supremo Tribunal Federal compete julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, é o Presidente da República.
- ☐ e. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A única autoridade a quem o Supremo Tribunal Federal compete julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, é o Presidente da República.

Questão 7

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Nos termos do art. 128 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), o Ministério Público da União abrange os seguintes ramos, exceto:

- ☐ a. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- ☐ b. Ministério Público Federal
- ☐ c. Ministério Público Eleitoral
- ☐ d. Ministério Público do Trabalho
- ☐ e. Ministério Público Militar

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Ministério Público Eleitoral

Questão 8

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre o recuso em processo administrativo, julgue os itens a seguir:

- I. O recurso administrativo possui, em regra, efeitos suspensivo e devolutivo.
- II. Não é possível que, em instância superior, ao se analisar o recurso administrativo, o julgador imponha sanção mais grave que a recorrida.
- III. Têm legitimidade para interpor o recurso não só os que forem parte no processo, como também aqueles cujos direitos ou interesses forem diretamente afetados pela decisão recorrida.
- IV. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, até mesmo de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes que demonstrem a inadequação da sanção aplicada.

Estão corretos os seguintes itens:

- ☐ a. II e IV
- ☐ b. III e IV
- ☐ c. I e III
- ☐ d. I e II
- ☐ e. II e III

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

III e IV

Questão 9

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre os agentes públicos, seus direitos, formas de admissão e de movimentação, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. Quando dois servidores públicos vivem em união estável e um deles é removido de ofício, no interesse da Administração, o outro possui direito líquido e certo de obter a remoção, mesmo que trabalhassem em locais distintos à época da remoção de ofício.
- ☐ b. É possível que alegar o princípio da isonomia para fundamentar pedido de servidor público que pretende obter benefício ilegalmente concedido a outros servidores.
- ☐ c. É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- ☐ d. Estrangeiros podem ocupar cargos, empregos e funções públicas.
- ☐ e. É inconstitucional a submissão de candidatos com e sem deficiência aos mesmos critérios em provas físicas, sem a demonstração da sua necessidade para o exercício da função pública.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

É possível que alegar o princípio da isonomia para fundamentar pedido de servidor público que pretende obter benefício ilegalmente concedido a outros servidores.

Questão 10

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre o poder de polícia, julgue as assertivas abaixo:

- I. O poder de polícia se manifesta através de atos preventivos, não sendo possível utilizá-lo para a prática de atos repressivos.
- II. O poder de polícia também se manifesta através de atos vinculados.

III. A única fase do ciclo de polícia que não pode ser delegada é a ordem de polícia.

IV. A autoexecutoriedade nem sempre está presente nos atos de polícia.

Assinale a alternativa que contém todas as assertivas corretas:

- ☐ a. I e IV
- ☐ b. I e III
- ☐ c. II, III e IV
- ☐ d. I, II e III
- ☐ e. II e IV

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

II, III e IV

Questão 11

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre a Administração indireta, assinale a alternativa correta:

- ☐ a. O regime de pessoal das empresas públicas é o celetista, mas a contratação de seus empregados depende de concurso público.
- ☐ b. A criação de uma agência executiva deve ser autorizada por lei
- ☐ c. As empresas públicas submetem-se ao regime de precatórios
- ☐ d. A isenção das custas processuais se aplica às fundações públicas de direito privado
- ☐ e. Os bens das empresas estatais não podem ser penhorados

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O regime de pessoal das empresas públicas é o celetista, mas a contratação de seus empregados depende de concurso público.

Questão 12

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Entre janeiro de 2004 e janeiro de 2018, servidor público do IBAMA recebeu, mensalmente, em espécie, em sua residência, valores para favorecer uma empresa perante a autarquia. Apesar do recebimento dos valores, o servidor não praticou ou deixou de praticar nenhum ato específico. Nessa situação hipotética, é correto afirmar:

- ☐ a. Considerando a natureza permanente do crime praticado, nenhum fato foi atingido pela prescrição, a qual passou a fluir em janeiro de 2018, data em que cessou a permanência

a qual passou a não em janeiro de 2018, data em que cessou a permanência.

- ☐ b. Os fatos foram parcialmente atingidos pela prescrição, a qual, apesar da continuidade delitiva, deve ser analisada em relação a cada fato individualmente.
- ☐ c. O caso comporta transação penal, mas não admite acordo de não persecução penal.
- ☐ d. Não houve prática de crime, uma vez que o Direito Penal, norteador pela ideia de intervenção mínima, não deve incidir sobre situações em que não há dano efetivo e em que há cumprimento de deveres funcionais.
- ☐ e. Os crimes foram praticados em concurso material e, assim, nenhum fato foi atingido pela prescrição, a qual deve ser contada levando em consideração a soma das penas correspondentes aos fatos criminosos.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Os fatos foram parcialmente atingidos pela prescrição, a qual, apesar da continuidade delitiva, deve ser analisada em relação a cada fato individualmente.

Questão 13

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- ☐ a. A punição da autolavagem é obrigação imposta pela Convenção de Palermo, mas a legislação brasileira não a pune.
- ☐ b. A reunião de três ou mais pessoas para a prática de um único crime determinado configura o delito de associação criminosa.
- ☐ c. O crime de corrupção passiva é material em suas diversas modalidades.
- ☐ d. O crime de fraude à licitação é material.
- ☐ e. A conduta de um servidor público de receber vantagem indevida mediante mecanismo fraudulento, como o saque bancário por interposta pessoa, constitui, em regra, exaurimento do crime de corrupção passiva, não configurando o delito de lavagem de dinheiro, que exige ato subsequente e autônomo em relação à infração penal antecedente.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A conduta de um servidor público de receber vantagem indevida mediante mecanismo fraudulento, como o saque bancário por interposta pessoa, constitui, em regra, exaurimento do crime de corrupção passiva, não configurando o delito de lavagem de dinheiro, que exige ato subsequente e autônomo em relação à infração penal antecedente.

Questão 14

Não
respondido

Assinale a alternativa correta:

Vale 1,00
ponto(s).

- ☐ a. A imunidade parlamentar, como garantia voltada a possibilitar o livre exercício de um mandato político conferido pelo voto popular, deve proteger inclusive manifestações que vulneram o regime democrático, as quais, portanto, mesmo que típicas e ilícitas, não são penalmente culpáveis.
- ☐ b. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, até que sobrevenha lei destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição, condutas homofóbicas e transfóbicas ajustam-se, por analogia, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei 7.716/1989. Em tal hipótese, segundo a Corte, é possível relativizar, em matéria penal, a vedação de analogia em prejuízo ao réu.
- ☐ c. O crime de redução a condição análoga à de escravo é material e sua consumação requer proveito econômico para o sujeito ativo, assim como a existência de contrato entre ele e a vítima.
- ☐ d. A configuração do delito de redução a condição análoga à de escravo prescinde da imposição de restrição à liberdade de locomoção do trabalhador.
- ☐ e. Pratica o crime de genocídio quem submete grupo nacional a condições de existência capazes de ocasionar sua destruição física total ou parcial. No entanto, em homenagem à soberania popular, governantes não podem ser sujeitos ativos do delito, sendo legítima a adoção de políticas públicas associadas a altos índices de mortalidade.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A configuração do delito de redução a condição análoga à de escravo prescinde da imposição de restrição à liberdade de locomoção do trabalhador.

Questão 15

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito inquérito policial, conforme previsão contida nos artigos 4º a 23 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal - CPP/1941), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar diretamente às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- ☐ b. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- ☐ c. O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- ☐ d. O inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- ☐ e. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

Questão 16

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito da ação penal, conforme previsão contida nos artigos 24 a 62 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal - CPP/1941), assinale a alternativa verdadeira:

- ☐ a. Ao constatar ser o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.
- ☐ b. Não será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- ☐ c. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa do Ministério Público.
- ☐ d. O acordo de não persecução penal poderá ser oferecido pelo Ministério Público se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei.
- ☐ e. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Questão 17

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito da ação penal, conforme previsão contida nos artigos 24 a 62 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal - CPP/1941), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.
- ☐ b. Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação
- ☐ c. O Ministério Público poderá desistir da ação penal desde que a desistência tenha sido autorizada por sua instância de revisão interna.
- ☐ d. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- ☐ e. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O Ministério Público poderá desistir da ação penal desde que a desistência tenha sido autorizada por sua instância de revisão interna.

Questão 18

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa correta acerca das normas fundamentais no processo civil:

- ☐ a. O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.
- ☐ b. O rol de normas fundamentais previsto no Capítulo I do Título Único do Livro I da Parte Geral do CPC é exaustivo.
- ☐ c. o julgamento de recursos repetitivos e de incidente de resolução de demandas repetitivas ficam excluídos da ordem cronológica de julgamento.
- ☐ d. A boa-fé no direito processual civil exige a verificação da intenção do sujeito processual.
- ☐ e. o julgamento de embargos de declaração submete-se à ordem cronológica de julgamento, tendo em vista o efeito substitutivo dos recursos.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

o julgamento de recursos repetitivos e de incidente de resolução de demandas repetitivas ficam excluídos da ordem cronológica de julgamento.

Questão 19

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

O pedido bitola a jurisdição, sendo um limite à atuação do Poder Judiciário. Dessa sorte, incumbe ao autor delimitar detidamente os pedidos formulados, pois eles serão a medida da jurisdição. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- ☐ a. Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não será permitida a cumulação, devendo o autor ajuizar ações diversas observando os respectivos ritos.
- ☐ b. Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas só serão consideradas incluídas no pedido se houver pedido expresso nesse sentido, em respeito ao princípio da congruência.
- ☐ c. Compreendem-se no pedido principal os juros legais, a correção monetária, mas não os honorários advocatícios, que, na dinâmica do NCPC, devem ser expressamente postulados pela parte.
- ☐ d. Para a teoria da asserção, a análise das condições da ação deve ser feita somente com base naquilo que foi afirmado pela parte na petição inicial, sem necessidade de produção de prova

acerca das condições da ação.

- ☐ e. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Para a teoria da asserção, a análise das condições da ação deve ser feita somente com base naquilo que foi afirmado pela parte na petição inicial, sem necessidade de produção de prova acerca das condições da ação.

Questão 20

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A figura do amicus curiae foi regulada no art. 138 do Código de Processo Civil. A jurisprudência e doutrina estabelecem algumas diretrizes na missão de analisar o alcance do instituto. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. A intervenção do amicus curiae é cabível no mandado de segurança e no mandado de injunção.
- ☐ b. O amicus curiae pode opor embargos de declaração da decisão proferida no processo de que participou.
- ☐ c. Quando houver pluralidade de pedidos de admissão de amicus curiae, o relator deve observar, como critério para definição daqueles que serão admitidos, o equilíbrio na representatividade dos diversos interesses jurídicos contrapostos no litígio, velando, assim, pelo respeito à amplitude do contraditório, paridade de tratamento e isonomia entre todos os potencialmente atingidos pela decisão.
- ☐ d. Tal qual predispõe o Código de Processo Civil, somente Pessoas Jurídicas podem intervir como amicus curiae, uma vez que uma pessoa física não teria como cumprir o requisito legal da "adequada representatividade".
- ☐ e. O amicus curiae pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Tal qual predispõe o Código de Processo Civil, somente Pessoas Jurídicas podem intervir como amicus curiae, uma vez que uma pessoa física não teria como cumprir o requisito legal da "adequada representatividade".

Questão 21

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a assertiva correta acerca do instituto da Posse e dos Bens, nos termos do Código Civil e da jurisprudência dos tribunais superiores:

- ☐ a. Não é possível o manejo de interditos possessórios em litígio entre particulares sobre bem público

dominical.

- ☐ b. A ocupação irregular de terra pública pode ser reconhecida como posse, mas não se afigura admissível o pleito da proteção possessória contra o órgão público.
- ☐ c. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- ☐ d. É justa a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- ☐ e. É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.

Questão **22**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Acerca dos direitos da personalidade, assinale o item correto:

- ☐ a. São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar.
- ☐ b. O direito à indenização por danos morais transmite-se com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir a ação indenizatória.
- ☐ c. O STF entende que, para que seja publicada uma biografia, é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas, ou de seus familiares, como forma de tutelar o direito da personalidade dos envolvidos.
- ☐ d. Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- ☐ e. Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

O STF entende que, para que seja publicada uma biografia, é necessária autorização prévia do indivíduo biografado, das demais pessoas retratadas, ou de seus familiares, como forma de tutelar o direito da personalidade dos envolvidos.

Questão **23**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa INCORRETA:

- ☐ a. De acordo com o STF, é constitucional a lei estadual que regulamenta a venda de bebidas alcoólicas em estádios e arenas desportivas.

- ☐ b. De acordo com o STF, é inconstitucional a lei estadual que fixa a obrigação de concessionárias de energia elétrica instalar medidores de energia na parte interna da propriedade onde se realiza o consumo.
- ☐ c. De acordo com o STF, é constitucional a legislação estadual que impõe obrigação de informar o consumidor acerca da identidade de funcionários que prestarão serviços de telecomunicações e internet, em residência ou sede.
- ☐ d. É competência privativa da União legislar sobre direito civil e responsabilidade por dano ao consumidor.
- ☐ e. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre produção e consumo.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

É competência privativa da União legislar sobre direito civil e responsabilidade por dano ao consumidor.

Questão **24**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Assinale a alternativa correta:

- ☐ a. De acordo com o STJ, nos termos do art. 17 do CDC, a responsabilidade civil por acidente de consumo se restringe às pessoas físicas ou jurídicas que adquirem ou utilizam produto ou serviço como destinatárias finais.
- ☐ b. De acordo com o STJ, a existência de corpo estranho em produtos alimentícios corresponde a fato do produto e acarreta a responsabilidade subsidiária do comerciante.
- ☐ c. É vedada a modificação das cláusulas contratuais, excetuando-se apenas a modificação das cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais, como medida de proteção ao consumidor.
- ☐ d. De acordo com o STJ, é aplicável o CDC nas relações de consumo pautadas nos contratos de crédito educativo referentes ao fundo de financiamento ao estudante de ensino superior (FIES), vez que o Banco do Brasil atua como agente financeiro.
- ☐ e. De acordo com a 3a Câmara de Coordenação e Revisão, o Ministério Público Federal tem atribuição para demandas relativas à propaganda enganosa praticada por meio da internet.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

De acordo com o STJ, a existência de corpo estranho em produtos alimentícios corresponde a fato do produto e acarreta a responsabilidade subsidiária do comerciante.

Questão **25**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A fim de evitar o uso da máquina pública para beneficiar candidatos, a Lei das Eleições elenca algumas condutas vedadas a agentes públicos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- ☐ a. Nos três meses anteriores ao pleito, até a posse dos eleitos, é proibido nomear, contratar ou de qualquer forma admitir servidor público na circunscrição do pleito, mesmo que se trate de cargos em comissão e funções de confiança;
- ☐ b. No ano da eleição, é possível distribuir bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública quando se tratar de programa social autorizado em lei, podendo a sua execução orçamentária se iniciar no ano eleitoral;
- ☐ c. Nos três meses que antecedem as eleições, é vedada a contratação de shows artísticos com recursos públicos para inaugurações;
- ☐ d. As hipóteses de conduta vedada podem ser interpretadas extensivamente, a fim de melhor proteger a sociedade.
- ☐ e. A presença de candidato na inauguração de obra pública nos três meses que antecedem o pleito não configura conduta vedada, per si, sendo necessário que ele efetivamente participe do ato;

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Nos três meses que antecedem as eleições, é vedada a contratação de shows artísticos com recursos públicos para inaugurações;

Questão **26**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre captação ilícita de sufrágio e a ação para combater tal ilícito, assinale a alternativa incorreta:

- ☐ a. A procedência do pedido em ação por captação ilícita de sufrágio implica a anulação dos votos dados ao réu.
- ☐ b. A ação por captação ilícita de sufrágio pode ser ajuizada apenas até da data de diplomação dos eleitos.
- ☐ c. Para caracterizar captação ilícita de sufrágio não é necessário pedido explícito de votos.
- ☐ d. Para configurar captação ilícita de sufrágio, é desnecessário que o fato tenha potencialidade de desequilibrar as eleições.
- ☐ e. A ação por captação ilícita de sufrágio segue o rito da ação de investigação judicial eleitoral.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Para configurar captação ilícita de sufrágio, é desnecessário que o fato tenha potencialidade de desequilibrar as eleições.

Questão **27**

Não
respondido

Vale 1,00

A respeito da proteção do meio ambiente, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRF/88), assinale a alternativa falsa:

ponto(s).

- ☐ a. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos
- ☐ b. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- ☐ c. Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade
- ☐ d. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- ☐ e. A Floresta Amazônica brasileira, a despeito de sua importância ecológica, não é considerada, formalmente, patrimônio nacional

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A Floresta Amazônica brasileira, a despeito de sua importância ecológica, não é considerada, formalmente, patrimônio nacional

Questão 28

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito da Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1988, assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- ☐ b. A Lei 9605/98, dentre outras providências, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente
- ☐ c. Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos na Lei 9605/98, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade.
- ☐ d. Lei 9605/98 veda, expressamente, o recurso à desconsideração da personalidade jurídica, mesmo nos casos em que a personalidade jurídica for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- ☐ e. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

Lei 9605/98 veda, expressamente, o recurso à desconsideração da personalidade jurídica, mesmo nos casos em que a personalidade jurídica for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do

meio ambiente.

Questão **29**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito dos direitos e e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- ☐ b. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- ☐ c. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- ☐ d. É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido, em situações excepcionais, o anonimato.
- ☐ e. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da CRFB/88.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido, em situações excepcionais, o anonimato.

Questão **30**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A respeito dos direitos e e deveres individuais e coletivos, previstos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), assinale a alternativa falsa:

- ☐ a. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.
- ☐ b. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático
- ☐ c. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- ☐ d. A lei penal nunca retroagirá.
- ☐ e. Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

A lei penal nunca retroagirá.

◀ Avisos

Seguir para...

Subjetivas - Graduação em DIREITO



[Painel](#) / [Cursos](#) / [PR-AM](#) / [2445-82](#) / [Geral](#) / [Objetivas - Graduação em ADMINISTRAÇÃO](#) / [Visualização prévia](#)

Iniciado em	quinta, 28 abr 2022, 10:09
Estado	Finalizada
Concluída em	quinta, 28 abr 2022, 10:09
Tempo empregado	9 segundos
Avaliar	0,00 de um máximo de 30,00(0%)

Questão 1

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Acerca das escolas da Administração, indique quais sentenças estão corretas.

I – Para Henry Ford, a organização e a Administração devem ser estudadas e tratadas cientificamente, para possibilitar a execução dos trabalhos com máxima produção e mínimo custo.

II – Para Max Weber, as organizações formais apresentam três características que foram o tipo ideal da burocracia, a saber: formalidade, impessoalidade e profissionalismo.

III – Frederick Taylor é o grande responsável pelo grande grau de desenvolvimento da organização empresarial, no que diz respeito às peças padronizadas e ao trabalho especializado.

IV – O Taylorismo se caracteriza por alguns princípios básicos, tais como empregados selecionados cientificamente, incentivos salariais, processos fundamentados na observação, trabalho padrão e ênfase na eficácia.

- ☐ a. apenas II e III
- ☐ b. apenas I, II, IV
- ☐ c. apenas II e IV
- ☐ d. todas as alternativas
- ☐ e. apenas I e IV

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
apenas II e IV

Questão 2

Não respondido

Vale 1,00 ponto(s).

Sobre estrutura organizacional e departamentalização, indique a alternativa correta.

- ☐ a. o sistema de comunicações é constituído pela departamentalização e pela especialização do trabalho.
- ☐ b. a estrutura organizacional e os critérios de departamentalização são definidos pelos níveis intermediário e institucional. respectivamente.

- ☐ c. a departamentalização funcional apresenta inúmeras vantagens, dentre as quais a grande flexibilidade e adaptabilidade às mudanças no ambiente externo à organização.
- ☐ d. por se tratar de um processo simplório, existem apenas duas formas de departamentalizar uma estrutura organizacional: por função e por processo.
- ☐ e. departamentalização é o processo decisório sobre a configuração organizacional e utilizado para agrupar as várias atividades de uma empresa.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

departamentalização é o processo decisório sobre a configuração organizacional e utilizado para agrupar as várias atividades de uma empresa.

Questão 3

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Em uma organização, seja ela pública ou privada, onde a cultura organizacional é extremamente enraizada, é característico:

- ☐ a. pouco comprometimento
- ☐ b. alto índice de rotatividade de pessoal
- ☐ c. alto índice de greve
- ☐ d. baixa assiduidade
- ☐ e. resistência às mudanças

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

resistência às mudanças

Questão 4

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Considerando os diversos aspectos do comportamento organizacional e da liderança e motivação, julgue os itens abaixo.

I – Um líder que influencia seus seguidores a buscarem os objetivos organizacionais em detrimento dos próprios interesses é considerado um líder transacional.

II – a motivação não é cíclica e começa com uma necessidade, que pode ser definida como uma força dinâmica e persistente que provoca o comportamento ao interromper o estado de equilíbrio do organismo.

III – segundo o ciclo motivacional, a frustração de uma necessidade pode ser suprimida por meio de uma compensação.

IV – líderes transacionais conduzem ou motivam seus seguidores na direção das metas estabelecidas por meio do esclarecimento dos papéis e das exigências das tarefas.

V – a liderança carismática tem como principais características o carisma, inspiração, estímulo intelectual e consideração individualizada.

São verdadeiras apenas:

- ☐ a. II, III, IV
- ☐ b. I, III e V
- ☐ c. I e IV
- ☐ d. III, IV e V
- ☐ e. III e IV

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

III e IV

Questão 5

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Quando um chefe transfere sua autoridade, responsabilidade ou poder para outra pessoa de cargo ou posição inferior na hierarquia organizacional, dá-se o nome de:

- ☐ a. benchmarking
- ☐ b. advocação
- ☐ c. divisão
- ☐ d. delegação
- ☐ e. coerção

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

delegação

Questão 6

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Quando atua por meio de órgãos e agentes que manifestam o interesse da pessoa jurídica ao qual estão vinculados, não possuindo personalidade jurídica própria, a Administração Pública é caracterizada como:

- ☐ a. fundacional
- ☐ b. autárquica
- ☐ c. sociedade de economia mista
- ☐ d. indireta

- ☐ e. direta

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
direta

Questão 7

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Quando num ato administrativo a ação do administrador é mínima, pois devera se ater minuciosamente a Lei para ser eficaz, este ato é chamado de:

- ☐ a. ato coercitivo
- ☐ b. ato vinculado
- ☐ c. ato ordinário
- ☐ d. ato discricionário
- ☐ e. ato minucioso

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
ato vinculado

Questão 8

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens abaixo em verdadeiro ou falso, após assina-lhe a alternativa correspondente.

- () o agente público que utilizar em serviço particular o trabalho de servidores públicos cometerá o ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- () para a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa, é suficiente a ofensa a princípios da administração pública.
- () a prática de ato de improbidade administrativa por particular prescinde da participação de agente público para sua configuração.

- ☐ a. F, F, F
- ☐ b. V, F, V
- ☐ c. F, V, F
- ☐ d. F, V, V
- ☐ e. V, F, F

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

F, V, F

Questão 9

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

São princípios orçamentários, exceto:

- ☐ a. exclusividade
- ☐ b. unidade
- ☐ c. irretroatividade
- ☐ d. anualidade
- ☐ e. totalidade

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

irretroatividade

Questão 10

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

O instrumento que expressa a alocação dos recursos públicos operacionalizados por meio de programas, que constituem a integração do orçamento com o planejamento se chama:

- ☐ a. plano plurianual
- ☐ b. orçamento anual
- ☐ c. processo orçamentário
- ☐ d. ciclo orçamentário
- ☐ e. diretriz orçamentária

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

orçamento anual

Questão 11

Não

O planejamento estratégico caracteriza-se por:

respondido

Vale 1,00
ponto(s).

- ☐ a. nível institucional, de longo prazo e abrangência genérica.
- ☐ b. nível operacional, de curto prazo e abrangência focada.
- ☐ c. nível institucional, de longo prazo e abrangência focada.
- ☐ d. nível institucional, de curto prazo e abrangência focada.
- ☐ e. nível tático, de longo prazo e abrangência genérica.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

nível institucional, de longo prazo e abrangência genérica.

Questão 12Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Toda a organização seja ela pública ou privada deve ter muito bem definida sua missão e sua visão. Acerca do tema, julgue os itens abaixo.

I – a missão, além de contemplar a natureza do negócio, é a razão de ser da organização.

II – a visão de uma organização é representada por uma afirmação duradoura de seu propósito, pela qual a organização demonstra a sua razão de ser.

III – a missão é algo mutável por natureza, de acordo com a necessidade da empresa.

IV – a missão retrata os anseios e aspirações de uma organização para o seu futuro.

V – visão é onde uma empresa pretende chegar ao longo de sua trajetória.

Está correto apenas:

- ☐ a. I, IV e V
- ☐ b. I, II e III.
- ☐ c. III e V.
- ☐ d. II, IV e V.
- ☐ e. I e V.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

I e V.

Questão 13Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Após o desenvolvimento da estratégia de uma organização, os processos em sequência devem estar alinhados com:

ponto(s).

- ☐ a. a gestão contábil da empresa
- ☐ b. a gestão financeira da empresa
- ☐ c. os planos de desenvolvimento individual
- ☐ d. o balanço patrimonial da empresa
- ☐ e. os objetivos organizacionais

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
os objetivos organizacionais

Questão 14

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Sobre o planejamento tático é correto afirmar que:

- ☐ a. planejamento voltado a cada tarefa específica.
- ☐ b. definição de objetivos e metas de longo prazo.
- ☐ c. definição de missão e visão da empresa
- ☐ d. planejamento voltado a departamentos ou unidades da instituição.
- ☐ e. planejamento amplo, considerando a organização como um todo.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
planejamento voltado a departamentos ou unidades da instituição.

Questão 15

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A análise de SWOT é uma ferramenta de planejamento estratégico utilizada na etapa de:

- ☐ a. controle estratégico
- ☐ b. análise estratégica
- ☐ c. formulação da estratégia
- ☐ d. implementação da estratégia
- ☐ e. diagnóstico da situação atual

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

análise estratégica

Questão 16

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Como forma de avaliar se um projeto foi bem-sucedido, é necessária a utilização de medidas de desempenho para saber se os objetivos foram alcançados de forma adequada e segundo os impactos pretendidos. O impacto gerado por um projeto é medido por meio da avaliação de:

- ☐ a. economicidade
- ☐ b. efetividade
- ☐ c. eficácia
- ☐ d. eficiência
- ☐ e. razoabilidade

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
efetividade

Questão 17

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Um fluxograma é uma ferramenta de gestão que é usada para representar a sequência e a interação das atividades em um processo organizacional. Comumente, figuras geométricas são utilizadas para melhor compreensão de todos os elementos que participam do processo. Considerando o consenso e a padronização, a figura geométrica de uma atividade no fluxograma é o (a):

- ☐ a. retângulo
- ☐ b. quadrado
- ☐ c. círculo
- ☐ d. triângulo
- ☐ e. losângulo

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
retângulo

Questão 18

Não
respondido

O documento que representa visualmente a estrutura organizacional de uma instituição, como ela se

responder

Vale 1,00
ponto(s).

organiza internamente em nível de departamentos e cargos é o:

- ☐ a. fluxograma
- ☐ b. diagrama
- ☐ c. organograma
- ☐ d. plano de cargos
- ☐ e. plano de departamentos e funções

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

organograma

Questão 19

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Considerando que determinada instituição deseja realizar um processo de recrutamento onde a principal característica é a celeridade e contenção de custos, é correto afirmar que a instituição deve realizar um recrutamento do tipo:

- ☐ a. misto
- ☐ b. funcional
- ☐ c. relacional
- ☐ d. externo
- ☐ e. interno

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

interno

Questão 20

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Sobre a gestão de conflitos, julgue os itens abaixo em verdadeiro ou falso, e assinale a alternativa correspondente.

- () Para que haja conflito, além da diferença de objetivos e interesses, deve haver necessariamente uma interferência deliberada de uma das partes envolvidas.
- () O conflito é inerente à vida de cada indivíduo e faz parte inevitável da natureza humana.
- () Se administrados de forma cordial e construtiva, os conflitos podem gerar benefícios para a empresa e minimizar os prejuízos por eles causados.
- () Existem três maneiras de resolução de conflitos: 1a ganha/ganha, 2a ganha/perde e 3a perde/perde. Na segunda e na terceira opção, o conflito é interrompido, eliminando assim a probabilidade de surgimento de conflitos futuros.

comitês futuros.

- ☐ a. V, V, V e F.
- ☐ b. F, V, V e V.
- ☐ c. V, V, F e V.
- ☐ d. V, F, V e F.
- ☐ e. V, V, F e F.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

V, V, V e F.

Questão 21

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

"Esta avaliação funcional consiste em um tipo de avaliação onde os funcionários de uma instituição se autoavaliam e são avaliados pelos seus subordinados, pares e chefes". Tal afirmação refere-se a qual modelo de avaliação de desempenho:

- ☐ a. avaliação por listas de verificação
- ☐ b. avaliação por competências
- ☐ c. avaliação 360°
- ☐ d. avaliação exponencial
- ☐ e. avaliação de escolha forçada

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

avaliação 360°

Questão 22

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

O diagrama de Ishikawa é uma poderosa ferramenta de gestão e tem como finalidade:

- ☐ a. identificação do caminho ideal para um produto ou serviço.
- ☐ b. a demonstração da importância de todas as condições para que se escolha o ponto de partida para a resolução de um problema.
- ☐ c. a indicação de todas as possíveis causas de uma condição ou de um problema específico.
- ☐ d. demonstração da distribuição dos dados por meio de um gráfico de barras, indicando as tendências dos pontos de observação em um período de tempo.

- ☐ e. ilustração sequencial de todas as etapas do processo em questão.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

a indicação de todas as possíveis causas de uma condição ou de um problema específico.

Questão **23**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Existem inúmeras metodologias e ferramentas para estudo e aplicação da melhoria contínua dos processos organizacionais. Dentre estas metodologias, uma se destaca na fase do planejamento e está associada à criatividade em um grupo de pessoas, com a finalidade de criar o maior número de ideias possíveis. Esta ferramenta se chama:

- ☐ a. PDCA
- ☐ b. brainstorming
- ☐ c. fluxograma
- ☐ d. benchmarking
- ☐ e. 5W2H

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

brainstorming

Questão **24**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

Qual o mecanismo utilizado para catalogar, simplificar, especificar, normalizar, padronizar e codificar os materiais componentes do estoque de uma instituição?

- ☐ a. armazenagem de material
- ☐ b. distribuição de material
- ☐ c. codificação de material
- ☐ d. empilhamento de material
- ☐ e. classificação de material

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:

classificação de material

Questão 25

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

O instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoque nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes em uso no órgão ou entidade é denominado:

- ☐ a. inventário físico
- ☐ b. desfazimento
- ☐ c. nível de estoque
- ☐ d. movimentação de estoque
- ☐ e. inventário parcial

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
inventário físico

Questão 26

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Uma determinada empresa venceu um processo licitatório para a prestação do serviço de limpeza e conservação no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

De acordo com a Lei 8.666/93, desconsiderando-se a atualização do valor inicial do contrato, a empresa é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, uma supressão máxima de:

- ☐ a. R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)
- ☐ b. R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
- ☐ c. R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)
- ☐ d. R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)
- ☐ e. R\$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais).

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais)

Questão 27

Não
respondidoVale 1,00
ponto(s).

Conforme disposição na Lei 8.666/93, o ajuste entre órgãos da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações mútuas é chamado de:

- ☐ a. licitação
- ☐ b. homologação
- ☐ c. compra direta
- ☐ d. fato administrativo
- ☐ e. contrato

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
contrato

Questão **28**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A Lei 8.666/93 estabelece:

- ☐ a. normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços.
- ☐ b. normas aplicáveis a licitações somente nos Estados e Municípios.
- ☐ c. normas específicas somente sobre contratos administrativos.
- ☐ d. normas gerais de licitações, excetuando os contratos administrativos pertinentes a obras e publicidades.
- ☐ e. normas específicas e aplicáveis somente a serviços no âmbito da União.

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços.

Questão **29**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A licitação é o processo administrativo responsável pela escolha da empresa apta a ser contratada pela Administração Pública para o fornecimento de seus produtos e/ou serviços. Constituem-se em princípios aos quais todo o processo licitatório deve se ater, EXCETO:

- ☐ a. isonomia
- ☐ b. unidade
- ☐ c. vinculação ao instrumento convocatório
- ☐ d. moralidade
- ☐ e. publicidade

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
unidade

Questão **30**

Não
respondido

Vale 1,00
ponto(s).

A Lei 8.666/93 instituiu diversas modalidades de licitação a serem adotadas pelos entes públicos, EXCETO:

- ☐ a. leilão
- ☐ b. pregão
- ☐ c. convite
- ☐ d. concorrência
- ☐ e. concurso

Sua resposta está incorreta.

A resposta correta é:
pregão

◀ Avisos

Seguir para...

Subjetivas - Graduação em
ADMINISTRAÇÃO ▶

Resultado Preliminar da Prova Objetiva - Pós-Graduação em Direito

Nome	Sobrenome	Nota	Situação
RENNAN	FORMIGA	29	Aprovado
JOAO	REIS	28	Aprovado
ENDYARA	SARAIVA	28	Aprovado
LUANA	MELLO	28	Aprovado
RAYSSA	SANTOS	28	Aprovado
MARIANA	LEVEL	27	Aprovado
LETICIA	ROSA	27	Aprovado
BARBARA	SILVA	27	Aprovado
EUZIANE	ORTIZ	27	Aprovado
LUCAS	MARQUES	27	Aprovado
WALLESKA	LOPES	27	Aprovado
CAROLINE	SARAIVA	27	Aprovado
RENATA	SANTOS	26	Aprovado
BRUNA	OLIVEIRA	26	Aprovado
ANA	SENNA	26	Aprovado
MARCELO	DIAS	26	Aprovado
ALINE	SIMAO	26	Aprovado
THALITA	SANTOS	26	Aprovado
LUANA	NERY	26	Aprovado
JOAO	MOURA	26	Aprovado
LEON	ABECASSIS	25	Aprovado
JOAO	BARBOZA	25	Aprovado
SUZANA	PINHEIRO	25	Aprovado
CAMILLA	COSTA	25	Aprovado
RAIANA	BARBOSA	25	Aprovado
ANNE	SANTIAGO	25	Aprovado
ANDRESSA	RODRIGUES	25	Aprovado
ANTONIA	SOARES	25	Aprovado
DAMARIS	ROJAS	25	Aprovado
EMERSON	SANTOS	25	Aprovado
LAURA	OLIVEIRA	25	Aprovado
THALLES	OLIVEIRA	24	Aprovado
JOVANA	CARVALHO	24	Aprovado
ANDRESSA	SOUZA	24	Aprovado
SIMONE	DIAS	24	Aprovado
TAIANA	ALMEIDA	24	Aprovado
ALMIR	SANTOS	24	Aprovado
GABRIEL	RIBEIRO	23	Aprovado
VALERIA	SILVA	23	Aprovado
DAURA	MIRANDA	23	Aprovado
KELIANE	EVANGELISTA	23	Aprovado
ISABELLA	COLARES	23	Aprovado
GABRIEL	SANTOS	23	Aprovado
LEANDRO	OLIVEIRA	23	Aprovado

MARIA	SILVA	22	Aprovado
LARA	CASTRO	22	Aprovado
FABIANA	RIBEIRO	22	Aprovado
ADRIANA	VITAL	22	Aprovado
EVELEM	PACHECO	22	Aprovado
GUILHERME	FREITAS	21	Aprovado
ORLANDO	FILHO	21	Aprovado
SACHA	SOUZA	21	Aprovado
HAMIDE	FALCAO	21	Aprovado
DEBORAH	MORAIS	21	Aprovado
ADEILSON	JUNIOR	21	Aprovado
ANA	SOUZA	20	Reprovado
CLARA	BARROS	20	Reprovado
YANA	ROCHA	20	Reprovado
LUCIANA	NASCIMENTO	20	Reprovado
MATHEUS	SILVA	20	Reprovado
GIOVANA	TEIXEIRA	20	Reprovado
MARIA	ALMEIDA	19	Reprovado
BIANCA	SILVA	19	Reprovado
SARA	ALMEIDA	19	Reprovado
JANUILMA	ARAUJO	19	Reprovado
ALESSANDRA	MENDES	19	Reprovado
PATRICK	SANTOS	19	Reprovado
LUISE	AMBROZIO	19	Reprovado
VIRGINIA	JAPIASSU	19	Reprovado
JESSICA	PASSOS	18	Reprovado
CAMILA	JESUS	18	Reprovado
ROSIELE	GOMES	18	Reprovado
ADEMAR	NETO	18	Reprovado
GABRYELLY	SOUZA	18	Reprovado
KEVIN	MOURA	18	Reprovado
CAMILA	CUNHA	18	Reprovado
ISMAEL	LIMA	17	Reprovado
PHILIP	OTSUKA	17	Reprovado
REJANE	MARINHO	17	Reprovado
ADRIANA	ARAUJO	17	Reprovado
JULIA	ZUARDI	17	Reprovado
REMILA	ARAUJO	17	Reprovado
MANOELA	ROLA	17	Reprovado
CLEUZA	OLIVEIRA	17	Reprovado
GIZELE	MESQUITA	16	Reprovado
CANDIDA	BRANDAO	16	Reprovado
RAFAELA	SANTOS	16	Reprovado
KARINE	NAJAR	15	Reprovado
EDNALDO	VIEIRA	15	Reprovado
GICELDA	NETA	15	Reprovado

WIGNARAYNA	OLIVEIRA	15	Reprovado
DANIELLE	NASCIMENTO	14	Reprovado
THAYLLA	SOUZA	13	Reprovado
KATHLEN	BASTOS	13	Reprovado
NAYANA	CAMPELO	13	Reprovado
LUZIA	SOUZA	12	Reprovado
ANA	DANTAS	12	Reprovado
ANDRE	FREITAS	7	Reprovado
JENIFER	GOLLO	0	Reprovado

Resultado Preliminar da Prova Objetiva - Graduação em Direito

Nome	Sobrenome	Nota	Situação
IARA	DUARTE	27	Aprovado
JEFFERSON	SOUZA	27	Aprovado
THIAGO	OLIVEIRA	26	Aprovado
JOAO	LIMA	26	Aprovado
AYLA	CAMPOS	26	Aprovado
GUSTAVO	RODRIGUES	25	Aprovado
CRISTIANE	SOUZA	24	Aprovado
THIAGO	WENDLING	24	Aprovado
ROBERTO	AMORIM	24	Aprovado
CAMILLY	SANTOS	24	Aprovado
WILLIANE	FERREIRA	24	Aprovado
HANADY	ISMAEL	24	Aprovado
LUCAS	AQUINO	24	Aprovado
JESSICA	BORGES	24	Aprovado
DANILO	UCHOA	23	Aprovado
IDA	ABRAHIM	23	Aprovado
NAYRA	SOUZA	23	Aprovado
EDSON	COSTA	23	Aprovado
MARCOS	OLIVEIRA	23	Aprovado
RENATA	GOMES	22	Aprovado
JULIA	GAIO	22	Aprovado
LEONARDO	FRANCA	22	Aprovado
CRISTHEL	MARQUES	22	Aprovado
IAGO	NASCIMENTO	22	Aprovado
THIAGO	MOTA	22	Aprovado
KAYLA	MONTEIRO	22	Aprovado
ANA	LIMA	22	Aprovado
LARA	CAVALCANTE	22	Aprovado
MARIA	CARVALHO	22	Aprovado
PAULA	ALVES	22	Aprovado
LUCAS	FERNANDES	21	Aprovado
ANA	BARROS	21	Aprovado
GIOVANA	SILVA	21	Aprovado
MARCOS	SILVA	21	Aprovado
GABRIEL	GONCALVES	21	Aprovado
RAQUEL	MOTA	21	Aprovado
ZENEIDE	RIBEIRO	21	Aprovado
LISSIANNE	JANUARIO	21	Aprovado
DEBORAH	LINS	21	Aprovado
IZABELLY	ROCHA	21	Aprovado
BEATRIZ	VASCONCELOS	21	Aprovado
GABRIEL	QUEIROZ	21	Aprovado
DILEANE	BRITO	21	Aprovado
LUANA	SILVA	21	Aprovado

REBEKA	OLIVEIRA	21	Aprovado
STEPHANIE	PINAGE	21	Aprovado
MARIA	SILVA	21	Aprovado
RODRIGO	LIMA	21	Aprovado
BRUNA	BARROS	21	Aprovado
VIVIAN	FERNANDES	21	Aprovado
TIAGO	ARAUJO	21	Aprovado
JENNIFER	SILVA	21	Aprovado
NICOLLY	ARAUJO	21	Aprovado
YANCA	OLIVEIRA	21	Aprovado
MARIA	FALCAO	21	Aprovado
RANDSON	SILVA	20	Aprovado
YVES	BRAZ	20	Aprovado
MATHEUS	CORREIA	20	Aprovado
THULIO	PEREIRA	20	Aprovado
DABYLA	LIMA	20	Aprovado
HAYLA	SANTOS	20	Aprovado
JOSILANE	REIS	20	Aprovado
VITORIA	DUARTE	20	Aprovado
CHELCE	ARAUJO	20	Aprovado
GABRIELLY	SANTOS	20	Aprovado
GABRIEL	COSTA	20	Aprovado
VINICIUS	SOUZA	20	Aprovado
YASMIM	THURY	19	Aprovado
SABRINA	ROCHA	19	Aprovado
JOAO	MORAES	19	Aprovado
ALICE	LEITE	19	Aprovado
ARICYA	SANTOS	19	Aprovado
CAIO	SANTOS	19	Aprovado
MATHEUS	MENDES	19	Aprovado
MARKSON	MENDES	19	Aprovado
GABRIELLE	ANTUNES	19	Aprovado
YAN	BOTELHO	19	Aprovado
KATRIANE	OLIVEIRA	19	Aprovado
GABRIEL	LE MOS	19	Aprovado
BEATRIZ	GALVAO	19	Aprovado
WILLIAMS	SANTOS	19	Aprovado
GEICIANE	FARIAS	19	Aprovado
RODRIGO	AMORIM	19	Aprovado
AMANDA	MOTA	18	Aprovado
FLAVIO	CHAGAS	18	Aprovado
ALANA	BIAZIN	18	Aprovado
SERGIO	BRITO	18	Aprovado
BEATRIZ	BRITO	18	Aprovado
ESTER	VIEIRA	18	Aprovado
JORDANA	CONCEICAO	18	Aprovado

RENATO	RODRIGUES	18	Aprovado
GABRIEL	ANDRADE	18	Aprovado
CAMILA	MATOS	18	Aprovado
PAULO	JUNIOR	18	Aprovado
CARLOS	REIS	18	Aprovado
DANIEL	COELHO	18	Aprovado
AGEU	SARDINHA	18	Aprovado
ADRIELLY	MARINHO	18	Aprovado
HYLKER	MEDEIROS	17	Reprovado
PRISCILA	SANTOS	17	Reprovado
RONALBA	FERREIRA	17	Reprovado
RONALD	MARTINS	17	Reprovado
GABRIELLA	REGO	17	Reprovado
EDUARDA	SA	17	Reprovado
IANASAMA	COSTA	17	Reprovado
LARISSA	COSTA	17	Reprovado
ANNA	SOUZA	17	Reprovado
LUAN	FRANCA	17	Reprovado
LUIS	SOUZA	17	Reprovado
GABRIELE	ALCANTARA	17	Reprovado
FRANCENILTON	SANTOS	17	Reprovado
MATHEUS	PINTO	17	Reprovado
NADJA	SILVA	17	Reprovado
VINICIUS	FERREIRA	17	Reprovado
NATALIA	SOUZA	16	Reprovado
FABIANA	LIMA	16	Reprovado
KASSIO	REBOUCAS	16	Reprovado
KEMILY	CAMPOS	16	Reprovado
RAISSA	PEREIRA	16	Reprovado
MARIA	SOUZA	16	Reprovado
MAYCON	BRAGA	16	Reprovado
LARISSA	ARAUJO	16	Reprovado
RODRIGO	CAMARA	16	Reprovado
MARIA	MACEDO	16	Reprovado
LEONARDO	SIQUEIRA	16	Reprovado
VINICIUS	SOUZA	16	Reprovado
PABLO	ROCHA	16	Reprovado
ALEXANDRE	LIMA	16	Reprovado
CAMILA	RIBEIRO	16	Reprovado
RAFAEL	CRUZ	16	Reprovado
RAIAN	MESQUITA	15	Reprovado
KAMILLA	MARINHO	15	Reprovado
ANA	COSTA	15	Reprovado
ANTONIO	NORONHA	15	Reprovado
RAFAEL	ESCOSIO	15	Reprovado
RODRIGO	TEIXEIRA	15	Reprovado

PEDRO	HAYDEN	15	Reprovado
ALEXANDRE	ROCHA	15	Reprovado
KEVELLEN	BARBOZA	15	Reprovado
ADRIA	SANTOS	15	Reprovado
RAPHAELLY	LIMA	15	Reprovado
BARBARA	SILVA	15	Reprovado
LEONARDO	CHAVES	14	Reprovado
JAIME	FILHO	14	Reprovado
KEITIANY	FERREIRA	14	Reprovado
GUILHERME	TOCANTINS	14	Reprovado
LETICIA	ISII	14	Reprovado
ELISSA	LIMA	14	Reprovado
JESSIKA	GUIMARAES	14	Reprovado
ERQUIELTON	SANTOS	14	Reprovado
MARCUS	FONSECA	14	Reprovado
GEANE	SILVA	14	Reprovado
ANDREIA	FREITAS	14	Reprovado
LISMARA	SOARES	13	Reprovado
MAIZA	CAMARA	13	Reprovado
RHAYSA	ORDONES	13	Reprovado
KELIANE	ALBUQUERQUE	13	Reprovado
MARLON	FILHO	13	Reprovado
ANA	SANTOS	13	Reprovado
PATRICIA	LIMA	13	Reprovado
NIRVANA	LIMA	13	Reprovado
RODRIGO	SANTOS	13	Reprovado
THAIZA	EVANGELISTA	13	Reprovado
ADRINE	SOUSA	13	Reprovado
KAINA	OLIVEIRA	13	Reprovado
MARIA	LIMA	13	Reprovado
MARIA	SOUZA	13	Reprovado
GESSIKA	MATOS	12	Reprovado
JACKELINE	SANTOS	12	Reprovado
MATEUS	DAMASCENO	12	Reprovado
DEBORA	TARGINO	12	Reprovado
JESSICA	CARDOSO	12	Reprovado
RODRIGO	SILVA	12	Reprovado
JANAINA	ANJOS	12	Reprovado
ANA	ANDRADE	12	Reprovado
AMANDA	SENA	12	Reprovado
MATHEUS	SILVA	11	Reprovado
INES	SOARES	11	Reprovado
VINICIUS	CRUZ	11	Reprovado
NAGILA	GONCALVES	11	Reprovado
PEDRO	THOMAZ	11	Reprovado
CARLOS	LIMA	11	Reprovado

ALINE	WEIL	10	Reprovado
LEON	CAMPELO	10	Reprovado
RENATA	PINTO	10	Reprovado
VITORIA	RAULINO	10	Reprovado
LUCIA	SOUZA	10	Reprovado
LUCINARA	TENORIO	10	Reprovado
RICARDO	DUARTE	10	Reprovado
ELIANA	FERREIRA	10	Reprovado
EZEQUIEL	BERNARDO	10	Reprovado
JULIANA	PIRES	10	Reprovado
KAMILA	MOURAO	9	Reprovado
CARLA	BANDEIRA	9	Reprovado
MARCUS	SANTOS	9	Reprovado
CRISTOVAO	COSTA	9	Reprovado
MARCIELE	SILVA	8	Reprovado
ELINA	SILVA	8	Reprovado
AMANDA	GOMES	8	Reprovado
LEONARDO	COSTA	8	Reprovado
ANDREZZA	BEZERRA	8	Reprovado
ALINE	CAVALCANTE	8	Reprovado
ANIELE	CASSIA	8	Reprovado
OZEIAS	SILVA	8	Reprovado
SARAH	ALBERTINO	7	Reprovado
CHRISTOPHER	MARTINS	7	Reprovado
MAX	MORAIS	7	Reprovado
JHONATAN	SABINO	3	Reprovado
ODINILZA	BARBOSA	2	Reprovado
BEATRIZ	RIBEIRO	0	Reprovado

Resultado Preliminar da Prova Objetiva - Graduação em Administração

Nome	Sobrenome	Nota	Situação
PATRICIA	RODRIGUES	28	Aprovado
EVELYN	SANTOS	27	Aprovado
WELLEM	RALPH	26	Aprovado
MARCEL	SOUZA	25	Aprovado
FELIPE	CARVALHO	25	Aprovado
ALEXANDRE	SILVA	24	Aprovado
PABLO	MEDEIROS	23	Aprovado
VICTOR	LIMA	22	Aprovado
MICAELLA	COSTA	22	Aprovado
JOSEFAN	SANTOS	21	Aprovado
IZAETE	NOGUEIRA	19	Aprovado
SHIRLEY	SOUZA	17	Reprovado
DIEGO	SOUZA	17	Reprovado
DAIANA	HAIDEN	16	Reprovado
MARCO	SILVA	13	Reprovado
FELIPE	SILVA	12	Reprovado
LUANA	FREITAS	9	Reprovado